Então um aluno que trabalha durante o dia não vai poder realizar o provão do Saresp, o provão seriado. Inclusive, é uma prova importante, agora mais do que nunca, porque é o passaporte para o aluno ingressar na universidade pública, na Unesp, na USP, na Unicamp. Vai contar ponto, vai ter pontuação nessas provas.

Ou seja, o aluno já está sendo prejudicado, porque ele tem que estudar no noturno, porque ele trabalha durante o dia, ele já é excluído de uma certa forma. Agora, ele será mais excluído ainda, porque se ele for fazer a prova durante a manhã ou à tarde, deputada Leci Brandão, deputado Reis, deputado Suplicy, esse aluno vai perder um dia de trabalho, e pode ser demitido, inclusive, porque às vezes a empresa não tolera atraso, falta.

Então, eu quero aqui exigir que a Secretaria da Educação reveja essa resolução e esse calendário, estipulando também um período noturno para a realização desses alunos do curso noturno.

O estado se esqueceu. Eu sei que o estado, já há um bom tempo, e agora, também, logicamente, nas gestões do PSDB, e agora na gestão do Tarcísio, tenta se livrar desses alunos do período noturno.

A palavra de ordem agora é PEI, é escola integral, e que na verdade é uma farsa da escola integral, e eles vão liquidando aos poucos, extinguindo o curso noturno, para que esses alunos que trabalham não possam estudar mais. Porque, se uma escola vira PEI, em geral ela não tem mais o curso noturno, porque ela trabalha com oito horas de funcionamento.

* * *
- Assume a Presidência o Sr. Reis.
* * *

Então normalmente essa escola não tem o curso noturno, e o aluno que precisa estudar à noite, aquele aluno trabalhador ou aluna trabalhadora, tem que se deslocar para uma outra região.

Nós temos cidades aqui no estado de São Paulo que só tem uma escola do estado de ensino médio, por exemplo, e essa escola vira PEI. Ai não tem mais o curso noturno. O aluno que trabalha durante o dia, ele é obrigado a ir para uma outra cidade, a viajar todos os dias para estudar no ensino médio. É isso que está acontecendo por conta dessa farsa da escola de tempo integral.

Então, Sr. Presidente, é mais uma medida excludente e autoritária da Secretaria da Educação, da Seduc, que não leva em conta, eu acho que nem é um erro. É um projeto mesmo de exclusão de alunos trabalhadores da escola pública.

Só pode ser isso, porque é tão simples. Quando se organiza um calendário desses, você pensa em três horários, matutino, vespertino e noturno, porque é assim que funciona a rede estadual de ensino.

Então, nós queremos exigir aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, que a Seduc reorganize, refaça essa resolução, instituindo também um horário para a prova do Saresp, desse provão seriado, também para contemplar os alunos trabalhadores da rede estadual do ensino médio, que não vão poder realizar a prova nem de manhã e nem à tarde.

Solicito, Sr. Presidente, que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas em caráter de extrema urgência para o secretário estadual de Educação e para o governador Tarcísio de Freitas, para que as providências sejam tomadas imediatamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Defiro o pedido de V. Exa., para que as cópias de vosso discurso sejam encaminhadas ao Sr. governador do Estado e ao Sr. secretário da Educação.

Continuando a lista dos oradores do Pequeno Expediente, passo a chamar aqui para fazer uso da palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputada Monica Seixas do Movimento Pretas. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, querida deputada Leci Brandão, queridos deputados e deputadas, eu quero aqui assinalar que o colunista da "UOL" Kennedy Alencar afirmou ontem algo que é importante.

Após os Estados Unidos vetarem a proposta do Brasil na ONU para resolução sobre o conflito na Faixa de Gaza, o Brasil acabou sendo sabotado. No programa Análise da Notícia, Kennedy Alencar destacou que a decisão norte-americana acaba estimulando um massacre no local.

Outro veto americano já tinha ocorrido anteriormente em 2011, quando os Estados Unidos vetaram uma articulação de Brasil e Turquia sobre um acordo nuclear no Irã.

Na época, Estados Unidos e França sabotaram o acordo preparado pelo Brasil e, pouco tempo depois, os próprios Estados Unidos tentaram um novo acordo quase nos mesmos moldes. Parece que os EUA não querem o Brasil como potência global.

Após o veto sobre a resolução do Brasil para o conflito na Faixa de Gaza, fica a impressão que os Estados Unidos querem o Brasil como uma potência apenas regional na América Latina, admitindo, no máximo, ser uma voz global na questão ambiental. Quando o assunto é o jogo geopolítico, sabotam o Brasil.

O Brasil fez sua parte. O presidente Lula fez um esforço muito significativo ao propor uma resolução que pudesse conduzir a paz com o apoio dos mais diversos países, incluindo os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, como França e China. O Brasil fez a sua parte.

A China, inclusive, fez uma crítica muita dura aos Estados Unidos dizendo que, durante 40 horas de discussão, o representante dos Estados Unidos não colocou nenhuma objeção à resolução brasileira. O veto dos Estados Unidos estimula um massacre, que é exatamente o que já está acontecendo em Gaza com 3.600 mortes, que aumentam a todo momento.

Houve muitos protestos em frente às embaixadas dos Estados Unidos em países árabes e o veto foi uma atitude irresponsável. O veto, inclusive, mostra que o atual modelo de governança não funciona, uma vez que uma superpotência tem poder de vetar uma decisão mesmo diante de quase um consenso.

O presidente Biden parece ter feito uma aposta eleitoral ao usar o direito de veto. Joe Biden fez uma aposta eleitoral para ganhar votos nos Estados Unidos, tendo em vista que Donald Trump possui uma postura bastante radical em relação a políticas migratórias e ao conflito no Oriente Médio. Biden sabotou a ONU e o Brasil para tentar ganhar votos em seu país, uma vez que a disputa eleitoral se aproxima.

Eu gostaria também de assinalar que o estado de São Paulo destacou que o volume de projetos que têm sido barrados pelo governador Tarcísio de Freitas levou o deputado do PT a propor a criação do Dia do Veto em São Paulo. Tarcísio diz que vetos se devem à falta de correlação com funções do Executivo.

Em dez meses de gestão, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vetou mais projetos de lei aprovados pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) do que seus antecessores no cargo, João Doria e Rodrigo Garcia, na soma dos dois últimos anos da gestão anterior.

O volume de projetos barrados pelo chefe do Executivo paulista levou inclusive o deputado estadual Reis, que neste

instante preside a nossa sessão, a propor a criação do Dia do Veto em São Paulo.

Apelidou o governador de "vetador-geral do Estado". Assinalo que alguns projetos importantes, como o do deputado França, que foi sancionado pelo governador, mas a grande maioria dos projetos não têm sido aprovados.

Então acredito que sejam justas as considerações que o deputado Reis tem feito a não boa vontade do governador para examinar os projetos aqui apresentados pelos deputados estaduais.

Obrigado.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, Suplicy. Seguindo a lista, a próxima oradora é a deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Exmo. Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, deputado Giannazi, deputado Conte, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, na última terça-feira esta Casa aprovou o 1245, anistia a muitas multas aplicadas na pandemia da Covid-19.

Foi uma medida proposta pelo Governo do Estado de São Paulo que beneficia sobretudo pessoas que devem um milhão de reais em multas legitimamente aplicadas por descumprir medidas de proteção contra o vírus.

É preciso que se destaque o seguinte: a mídia está fazendo circular que a Alesp aprovou, mas que fique claro que muitos e muitas de nós votamos contra esse artigo. Em geral, o projeto que veio não era ruim para a população.

No entanto, o texto veio com esse artigo, o Art. 36, que é o famoso jabuti, que nós entendemos o que é, jabuti não sobe e árvore. Nós fomos contra esse projeto. Nós perdemos, mas a vida continua.

Por outro lado, o governador conseguiu seduzir vários deputados. A Casa nunca esteve tão lotada como esteve na terça-feira, e nós perdemos essa votação. Por outro lado, na contramão da necessidade do povo paulista, novamente o Governo do Estado enviou para a Alesp uma PEC, que é a Proposta de Emenda à Constituição que pretende reduzir o orçamento da Educação no estado de São Paulo; ou seja, de 30% para 25 por cento.

A medida, a já precária estrutura da educação pública paulista vai sofrer um corte de nove bilhões de reais para o próximo ano. A gente não pode aceitar, porque a defesa pela educação com os professores e professoras sempre foi feita por nós, muito antes de chegar até esta Casa em 2010.

A gente sempre defendeu a Educação. Apesar de ser o estado mais rico do País, o estado de São Paulo possui escolas em situação precária, professoras e professores ainda muito subvalorizados e alguns sem condições de manterem seus estudos.

Nós temos muitos desafios para enfrentar no campo da Educação. Para isso precisamos de mais recursos, e não menos recursos. Não dá para entender como o governador do estado do tamanho de São Paulo, da importância de São Paulo, pode apresentar PEC para reduzir os benefícios da Educação. A gente não pode aceitar isso. Por isso, quero apelar ao bom senso dos meus colegas de Parlamento para que essa PEC seja arquivada.

Nós estaríamos reforçando a mensagem ruim de que estamos aqui para beneficiar apenas uma minoria por capricho e prejudicar ainda mais a Educação pública no estado de São Paulo.

Eu quero aproveitar para oferecer esse discurso a dois colegas aqui que lutam muito pela Educação: Professora Bebel e o meu querido Carlos Giannazi, que são defensores assim de primeira linha; estão sempre na trincheira da defesa da Educação e dos professores.

É muito ruim porque às vezes a mídia coloca uma coisa, sabe, sem explicar direito e fica dizendo: "Não, porque a Alesp aprovou - enfim - aprovou a anistia.". Não, não é a Alesp... Claro que a maioria sim, 52 aprovaram. Mas nós, nós não aceitamos essa decisão de anistiar quem...

Com interesses para tentar defender uma pessoa que está devendo - tem que pagar um milhão de reais. E como eles estão querendo defender isso aí - não querem que a pessoa pague -, fizeram aqui esse resultado adverso aqui à oposição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputada Leci Brandão. A próxima oradora, deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Primeiramente, queria cumprimentar o deputado Reis, que preside a sessão, pelo dia de ontem, da valorização do policial civil.

Em seguida, queria falar também que o deputado Reis fez uma colocação minha sobre o desaparecimento de armas do Exército. Disse o deputado Reis que era furto, não era roubo. Eu não sabia. Então agradeço ao deputado Reis, porque quando eu fiquei sabendo desse desaparecimento das armas do Exército - 13.50, que derruba avião, e mais oito fuzis 762 -, eu fiquei sabendo no dia do aniversário da Rota.

E quem me falou, deputado Reis, foi o delegado-geral, que me disse o seguinte, que nem boletim de ocorrência foi feito. Ora, se não é feito o boletim de ocorrência, ninguém sabe o que aconteceu. Tudo bem, o Exército assumiu para o lado dele, só que essas armas estão nas mãos de bandidos, seja furto ou seja roubo - o Art. 155 do Código Penal ou o Art. 157.

Foi furto. Agora está todo mundo sabendo que foi furto, não é? Mas o Exército, a priori, não falou para ninguém. Só que, de uma forma ou de outra, são armas que estão nas mãos de bandidos para atacar a sociedade. É isso que precisa ser colocado. Então realmente uma falha das Forças Armadas, do Exército Brasileiro - de Barueri. Levarem essas munições todas, esse armamento todo?

Até hoje, eu falando com o meu motorista - o Camargo: "Ah, não, já está no Rio de Janeiro, que ouviram lá.". Ah, não, brincadeira, não é? O Rio de Janeiro vai vir aqui fazer negociação com armas? No Exército de São Paulo? O que tem de armas no Rio de Janeiro, precisa de arma daqui? O problema é o seguinte, quer dizer, já está no Rio de Janeiro, então está bom. Não precisa nem se preocupar. "Ouvimos uma conversa. Interceptamos uma...". Ah, brincadeira, não é?

É o caso, da mesma forma, dos quatro médicos que foram mortos no Rio de Janeiro. Todo mundo gritou, pulou, não sei o que, tal... Até o irmão da deputada Sâmia, que foi colega nossa da Câmara Municipal de São Paulo. Quatro médicos, professores, vão tomar uma cerveja em um curso lá no Rio de Janeiro, à noite, são fuzilados por engano.

Mas tudo bem, já saiu na mídia que o crime resolveu. O crime fez justiça com as próprias mãos e matou os quatro lá. Não sei se matou também. Ninguém falou mais nada, ninguém foi mais...

Estava todo mundo reunido lá: governo federal, governo estadual, até a Polícia de São Paulo. Todo mundo reunido para ver o que ia fazer. Como eles morreram simplesmente por engano, então é natural.

Todo mundo achou normal. "Ah, foi engano, tudo bem, obrigado". Brincadeira. Se a gente for morto por engano, é uma piada. Da mesma forma que é uma piada roubar armas do quartel do Exército Brasileiro. A gente não pode aceitar, não é natural isso, são armas que estão na mão de bandido.

Vai atacar o quê? O povo. Vai atacar carro furto, vai atacar banco, vai atacar polícia e o povo, que vai sofrer. Então, não é natural isso. Falar: "Olhe, houve uma interceptação telefônica,

já foi para o Rio de Janeiro" como se não houvesse problema nenhum. Não, não é por aí.

Se mataram os médicos do Rio, quem mandou matar os médicos por engano? Porque se todo cara meio gordo, meio careca, vai ser morto porque confundiram com alguém, então ninguém pode sair mais na rua. "Eu achei que era aquele cara lá", então vai lá. Mataram os quatro ainda. Desconfiaram de um, mataram três, e o outro quase morre. E parece que a gente aceita tudo.

Agora, deputado Reis, furtar ou roubar armas de guerra dentro do quartel do Exército Brasileiro, aí não dá para aceitar, aí é piada, é brincadeira. O pessoal estaria preparado para uma guerra ou quem sabe vai lá para a guerra, para Israel. O ladrão rouba dentro do quartel.

Então, acho que tem que mudar a Constituição, aquela parte que acho que ainda tem, que a PM é reserva do Exército. Tem que mudar esse local, pôr o Exército como reserva da PM.

Obrigado.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores no Pequeno Expediente, chamamos para fazer uso da palavra a deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Entrando na Lista Suplementar. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, deputado Conte Lopes, deputada Leci Brandão, telespectador da TV Assembleia, o governo Tarcísio foi ágil em protocolar aqui na Assembleia Legislativa a proposta de emenda à Constituição Estadual, a Emenda nº 9, de 2023, agora, esses dias, para reduzir o Orçamento da Educação estadual, para alterar a Constituição Estadual aprovada aqui neste plenário em 1989, em que nós conquistamos esse percentual de investimento de 30% no Orçamento da Educação.

Sobretudo para, logicamente, a escola pública, para que houvesse a valorização dos profissionais da Educação, investimento na qualidade de ensino, na garantia do acesso, da permanência dos nossos alunos.

No entanto, o governador vai tentar alterar esse artigo constitucional e reduzir o Orçamento. Lembrando que a Educação do estado de São Paulo está sucateada, degradada, vivendo uma das suas piores crises por falta, exatamente, de investimento.

Os profissionais da Educação do estado de São Paulo têm um dos piores salários da federação. O governador foi ágil, apresentou a PEC junto com os outros projetos, o que eu chamo de "pacotão das maldades": privatização da água, da Sabesp, redução do Orçamento da Educação e a reforma administrativa, seguindo, deputado Suplicy, Maquiavel, que diz que as maldades devem ser feitas todas de uma vez só.

E ele fez, porque ele enviou os três projetos aqui para a Assembleia Legislativa, três projetos contra o povo do estado de São Paulo. Mas ele não teve a mesma agilidade, Sr. Presidente, e não está tendo, para apresentar o PLC que foi prometido pelo secretário da Educação, dono da Multilaser, Renato Feder, para flexibilizar as APDs, as Atividades Pedagógicas Diversificadas.

Hoje é dia 19 de outubro, agora são 14 horas e 45 minutos e, até agora, o projeto não foi protocolado. Essa promessa foi feita ainda no semestre passado. Dia 19 de outubro, e o projeto não foi protocolado.

Então, para ajudar, para beneficiar o Magistério, os profissionais da Educação, o governo é de uma lentidão sem precedentes, se é que vai apresentar ainda. Estou achando estranha essa demora, mas para retirar dinheiro do orçamento da Educação o governo foi extremamente ágil, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que é um dos maiores ataques à Educação do estado de São Paulo. Isso vai prejudicar ainda mais uma Educação que já está em crise há muitos anos pelas sucessivas gestões do PSDB. A situação só vai piorar.

Logicamente, vamos reagir, haverá muita luta, muita resistência, muita mobilização no estado de São Paulo, e não só dos professores e dos profissionais da Educação, mas de toda a sociedade.

A luta em defesa da educação pública é uma luta de todos nós, não só dos professores. Todos têm que entrar nessa luta porque a educação pública é o principal instrumento de desenvolvimento humano, social, econômico e tecnológico. Sem ela, o país não se desenvolve. É óbvio isso. Todo mundo sabe.

Então, tenho certeza que a população do estado de São Paulo vai repudiar veementemente essa PEC 9, que retira recursos da educação pública. Quero ainda ressaltar, Sr. Presidente, que nesse projeto, nessa PEC, tem, inclusive, um jabuti aí. Ataca a Educação, mas ataca também as funções da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, a famosa PGE.

Tem um artigo, Sr. Presidente, que muda o inciso IX, do Art. 99, também da Constituição Estadual, para tentar esvaziar uma função da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que tem os seus procuradores... E, nós temos uma carreira de procuradores, uma carreira de estado aqui em São Paulo e em todo o Brasil, logicamente.

Mas, eles querem transferir, Sr. Presidente, essa tarefa, esse trabalho, essa função, sobretudo, de realização de procedimentos administrativos, inclusive, disciplinares, para a Controladoria Geral. Lá não tem procurador, são cargos de confiança, Sr. Presidente, cargos políticos.

Imagine o que vai virar a investigação de procedimento preliminar. Vai ter uma interferência política jamais vista no estado de São Paulo. Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente.

Além da gravidade da situação, do crime que é reduzir o orçamento da Educação do estado de São Paulo, tem ainda esse jabuti que nós queremos aqui repudiar veementemente. É uma tentativa de sabotar o trabalho da PGE.

Então, é isso, Sr. Presidente. Que o governador encaminhe o projeto, o PLC das APDs. Este, sim, é um projeto importante, Sr. Presidente, que nós temos que aprovar para que as APDs sejam feitas em local de livre escolha.

Essas APDs vêm prejudicando, imensamente, o trabalho pedagógico dos nossos professores, das nossas professoras, afetando, inclusive, a saúde mental dos profissionais da Educação, sobretudo, do Magistério estadual.

Então, nós queremos que o PLC das APDs seja protocolado aqui e seja aprovado em caráter de extrema urgência. Agora, nós não vamos aprovar, em hipótese alguma, essa PEC 9, que é uma PEC criminoso, que faz um ataque criminoso contra a Educação do estado de São Paulo, contra a escola pública e contra os profissionais da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Chamamos o deputado Eduardo Suplicy para fazer uso da palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente deputado Reis, deputado Conte Lopes, senhoras deputadas e senhores deputados, deputado Barba... Um estudo do Banco Mundial diz que devolver imposto benefício pobres mais do que isenção na cesta básica na reforma tributária.

Um estudo inédito do Banco Mundial mostra que a reforma tributária vai reduzir a carga sobre o consumo de 90% das famílias, mas, sem a devolução dos impostos por meio do chamado "cashback", os 30% mais pobres continuarão com uma carga sobre a renda superior a dez 10% mais ricos.

De acordo com a instituição, as desonerações sobre bens e serviços considerados essenciais previstos na reforma reduzem muito pouco a tributação dos mais pobres e também benefi-

ciam as pessoas de alta renda. Esse é o caso do benefício para a cesta básica, que existe hoje e, mesmo se ampliado, não resolveria o problema.

"Se a lista de itens da cesta básica isenta for reduzida e os recursos equivalentes das receitas potenciais forem revertidos a um regime de 'cashback' direcionado, um sistema tributário indireto muito menos regressivo poderia ser alcançado", afirmam os responsáveis pelo relatório 'Impactos Distributivos da Reforma Tributária no Brasil: cenários relativos à isenção da cesta básica', " conforme hoje matéria da "Folha de S. Paulo" destaca.

"Segundo o Banco Mundial, mantido o texto atual em debate no Congresso, a tributação do consumo no Brasil continuará a ser regressiva, ou seja, os mais pobres continuarão a ter uma parcela maior da renda comprometida com esses impostos do que os mais ricos. A regressividade se mantém mesmo com isenções na cesta básica", diz a instituição.

O trabalho divide os brasileiros em dez faixas de renda de acordo com dados do IBGE e mostra o percentual da renda comprometido com os tributos sobre o consumo alvo da reforma: IPI, ICMS, PIS, Cofins e ISS.

O estudo, assinalado pelo economista sênior do grupo de pobreza e equidade do Banco Mundial, Gabriel Lara Ibarra, e pelos consultores da instituição Ricardo Vale, Eduardo Fleury e Kajetan Trzcinski, mostra que um benefício mais restrito para a cesta não prejudica a faixa de renda próxima da média brasileira, que ainda teria sua carga reduzida em relação à situação atual.

"Quando você elimina essa diferenciação entre bens, focaliza em fazer uma proteção das populações vulneráveis; essa é uma maneira mais eficiente de apoiar esses grupos", afirma Ibarra à "Folha".

O texto atual da reforma prevê a possibilidade de redução dos tributos para alimentos e produtos de higiene, sendo que alguns desses itens podem ter isenção total. A lista dos itens beneficiados não está fechada.

Ao definir qual seria essa cesta básica mais focada nos pobres, os autores consideraram uma fórmula em que se removem da desoneração atual produtos com consumo concentrado nos mais ricos, como frutos do mar, queijos e alguns laticínios e carnes. Permanecem isentos itens como arroz, feijão, pão francês, frango, açúcar, sal e absorventes, entre outros.

Um dos motivos pelos quais a desoneração da cesta tem baixo efeito distributivo é que, para viabilizar um benefício tributário, é necessário onerar os demais produtos. Como os 10% mais pobres gastam cerca de 20% da renda com alimentação, acabam pagando mais caro pelos 80% restantes dos seus gastos.

Quando se faz uma exceção para a cesta básica, você está aumentando o IVA - novos tributos sobre o consumo - para 80% do consumo dos pobres. Outra crítica a essa política é que parte da desoneração fica com a cadeia produtiva, não com o cidadão. Agronegócio e supermercados estão entre os principais críticos de restrições à desoneração da cesta e ao "cashback" para os mais pobres.

Reembolsar a totalidade dos tributos às famílias do Cadastro Único custaria entre 1,6% e 1,2% da renda para os decis quatro a dez (40% mais ricos), ao mesmo tempo em que melhoraria drasticamente as condições materiais das famílias nos três decis inferiores, segundo a instituição".

Eu gostaria de saudar os alunos da FAAP, que vieram me visitar, que estão nas galerias - sejam bem-vindos. Daqui a instantes eu vou recebê-los em meu gabinete.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, que amanhã será o vigésimo aniversário da instituição do Programa Bolsa Família, criado pelo presidente Lula, em outubro de 2003.

Um programa que, já em dezembro de 2003, tinha três milhões e meio de famílias inscritas, beneficiárias. Foi crescendo, crescendo até mais de 14 milhões e 200 mil famílias beneficiárias em 2014, 2015, quando o Brasil atingiu o estágio de fome zero, segundo a ONU.

De lá para cá não houve atenção suficiente para com a erradicação da pobreza e a diminuição da desigualdade, e a situação não melhorou tanto, mas eu gostaria de dizer que nesta ocasião será muito importante o... Inclusive irei a Brasília para a comemoração, amanhã às oito horas 30 minutos, no Ministério do Desenvolvimento Social, quando o ministro Wellington Dias estará presente nesta cerimônia.

Eu estarei aí dialogando com ele sobre a possibilidade de se criar um grupo de trabalho para estudar as etapas em direção à universalização da renda básica de cidadania, conforme prevê tanto a Lei nº 10.835, de 2004, quanto a lei assinada pelo presidente Lula, pelo Fernando Haddad, pelo Wellington Dias e por outros ministros em julho passado, quando disse que o Bolsa Família é um estágio na direção da universalização da renda básica de cidadania, que um dia se tornará um direito igual a todos os brasileiros e brasileiras, inclusive a todos os alunos da FAAP, que estão aqui presentes.

Uma agenda suficiente para atender as necessidades vitais de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Chamamos para falar, pelo tempo remanescente do Pequeno Expediente, o deputado Conte Lopes.

O SR. EDUARDO SUP LICY - PT - Sr. Presidente, se quiser que eu presida a sessão para que fale mais uma vez, não precisa, então... Conte Lopes também não está precisando, então havendo acordo entre as lideranças, peço que seja levantada a sessão e logo vou receber na minha sala, 78, neste andar, o "M", os alunos da FAAP. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem, deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Só para cumprimentar o sempre senador Eduardo Suplicy e cumprimentar também os alunos da FAAP, que vieram visitar esta Casa.

Os demais deputados estão nas comissões, nas suas salas. O levantamento do sessão já foi solicitado pelo nobre deputado senador.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem. Então vamos também fazer aqui a saudação aos alunos da Faap. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.
* * *
- Levanta-se a sessão às 15 horas.
* * *

20 DE OUTUBRO DE 2023 2ª REUNIÃO

Presidência: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 10 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.